

Capítulo 6 - Corpo, comida e rua interfaces produzidas na cidade

Diana Cris Macedo Rodrigues
Ligia Amparo-Santos

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

RODRIGUES, D.C.M., and AMPARO-SANTOS, L. Corpo, comida e rua: interfaces produzidas na cidade. In: BOSI, M.L.M., PRADO, S.D., And AMPARO-SANTOS, A., comps. *Cidade, corpo e alimentação: aproximações interdisciplinares* [online]. Salvador: EDUFBA, 2019, pp. 177-203. ISBN: 978-65-5630-010-8. <https://doi.org/10.7476/9786556300108.0009>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

CAPÍTULO 6

Corpo, comida e rua interfaces produzidas na cidade

DIANA CRIS MACEDO RODRIGUES E LIGIA AMPARO-SANTOS



INTRODUÇÃO

O itinerário alimentar do cidadão põe em evidência múltiplas problemáticas que incidem na experiência da comensalidade na cidade. Tais questões estão atreladas à organização social das urbes, que, vista de uma perspectiva macro, contribui para desintegração da comensalidade tradicionalmente retratada por parte da literatura e constituída no seio das instituições sociais, particularmente da família.

A cidade está fincada na dinâmica da domesticação do tempo e do espaço pelo homem. Em sua composição, as estações do ano, períodos do dia e distâncias de marcha foram cedendo lugar às métricas, horas, calendários e símbolos que passaram a marcar sua temporalidade e espacialidade. A busca do homem em reger a movimentação da natureza

tornou os ritmos cadenciados e os intervalos regularizados os liames do movimento nas urbes, elementos centrais na cadência da cidade. (LEROI-GOURHAN, 1975)

Assim, o espaço edificado possibilitando o *habitat* de número ascendente de residentes e a celeridade do cotidiano e do trabalho são aspectos que caracterizam o ambiente citadino, notadamente o das metrópoles. (LEROI-GOURHAN, 1975) Nesse processo, os ditames das horas, a centralidade do trabalho e os espaços compartimentados e funcionais das urbes provocaram alterações significativas nas experiências de tempo e espaço, incidindo fortemente nas dinâmicas alimentares urbanas.

Por um lado, a cidade promoveu um maior distanciamento de seus residentes da produção de alimentos; por outro, prometeu sua disponibilidade física ininterrupta, propiciada por um modelo agroindustrial de larga escala de produção. As maiores distâncias, particularmente entre local de trabalho e domicílio, e o tempo limitado para dedicar-se à gestão da alimentação agenciaram o deslocamento das refeições do espaço privado para o espaço público no cotidiano, o que repercutiu nos desenhos de comensalidade vivenciados no bojo dos arranjos urbanos, provocando novos ângulos e abordagens de investigação.

Nesse cenário, a comida de rua apresenta-se como uma possibilidade de fácil acesso à alimentação de modo rápido e, quase sempre, de baixo custo. Apesar de ser uma prática antiga, com estudos reportando sua existência desde o século XIX na Inglaterra (CALLONI, 2013) e, no Brasil, desde a época da escravidão (LIMA, 2007), o fenômeno na atualidade fornece elementos interessantes para refletirmos as possibilidades e constrangimentos envolvidos nas experiências de comensalidade nas urbes contemporâneas.

A “comida de rua” no Brasil é comumente referida na literatura acadêmica a partir da tradução literal da definição de *street food* da Organização das Nações Unidas (ONU) para a Alimentação e Agricultura (FAO). (FAO, 1986 apud FAO, 1997) *Street foods*, segundo a definição, são considerados os alimentos e bebidas prontos para o consumo, preparados ou

vendidos por comerciantes ambulantes, especialmente nas ruas e outros lugares públicos.

Tal constructo parece simplificar um conjunto de complexidades que perpassam a experiência de comer na rua, equacionando-a a aquisição e/ou consumo de alimentos ou bebidas adquiridos de vendedores ambulantes. Nesse processo, os corpos envolvidos no comércio e no consumo e a comida associam-se a um caráter instrumental que distancia a ideia de agência, colocando a “comida de rua” como uma espécie de essência, uma categoria dada, *a priori*, a partir da qual a investigação empírica se inicia e a ratifica.

Uma exploração da produção acadêmica mostra que, em parte dos estudos sobre o tema, a comida de rua é vista a partir de estereótipos, como alimentos que possuem má segurança higiênica e nutricional, associados a contextos de consumo e privação no mercado informal, como fonte de rendimentos para populações de baixa renda e sinal de má governança por parte do Estado, particularmente em países subdesenvolvidos. A maioria das publicações aborda a temática enfatizando seu aspecto higiênico-sanitário, bem como suas implicações na gestão do espaço urbano. Embora em menor proporção, as publicações referem-se ainda a questões como sua participação no desenvolvimento de doenças da modernidade, manejo de resíduos sólidos, acesso a insumos de qualidade e a caracterização dos alimentos vendidos na rua e de seus consumidores numa perspectiva hegemonicamente quantitativa. (BARKER; AMOAH; DRECHSEL, 2014; BEZERRA; MANCUSO; HEITZ, 2014; JOO; LEE; YOON, 2015; OKOJIE; ISAH, 2014; SOUZA et al., 2015; VIDAL JÚNIOR; CARDOSO; ASSUNCAO, 2013)

Destarte, as mútuas imbricações entre comida, corpo e rua no contexto das cidades implicam a necessidade de pensar abordagens teórico-metodológicas capazes de abranger complexidades produzidas nessas interfaces. O presente ensaio pretende contribuir nesse sentido ao resgatar elementos conceituais que têm potencial de interpelar a definição oficial de “comida de rua”. Sob a guisa de fulgurar delineamentos teórico-metodológicos para uma pesquisa de doutorado, experimentamos

avançar na superação da perspectiva de comida, corpo e cidade como instâncias decantadas durante a produção do conhecimento científico.

Para tanto, o trabalho desenvolve-se inicialmente com uma breve exploração de pressupostos da Teoria Ator-Rede (TAR ou ANT), a qual ambiciona enfrentar dicotomias constituídas no bojo das ciências. Tal incursão objetiva trazer subsídios para enfrentar as decantações acima mencionadas. Em seguida, são discutidos constructos centrais na problematização do objeto de análise “comida de rua”. Por fim, numa perspectiva prospectiva, propomos a abordagem de tal objeto mediante as práticas de comer na rua em contextos situados, nos quais corpos, comida e cidade constituem redes de inter-relações, efetuando comensalidade atuadas na rua.

Ademais, no percurso de constituição do ensaio, privilegiamos problematizar, ainda que momentaneamente, as realidades produzidas nas quais os vendedores ambulantes de comida de rua, nomeados hierarquicamente de “informais” e “ilegais”, constituem-se como um dos elementos humanos colocados em interação. Tal eleição se deu tanto por coadunar, *grosso modo*, com a concepção de *street food* da FAO, quanto por entendermos, mediante Mol (2002), que as práticas científicas e o conhecimento não apenas representam o real, mas provocam alterações nele, modificando e sendo elemento que interfere em outras práticas.

BREVES CONTRIBUIÇÕES DE AUTORES VINCULADOS À TEORIA ATOR-REDE PARA PENSAR COMIDA DE RUA E COMENSALIDADE

A abordagem do corpo que come nas ruas da cidade compondo comensalidades coloca para dialogar categorias teóricas como corpo, comida, cidade e rua, as quais provocam a problematização de uma das clássicas dicotomias presentes na seara das ciências, a saber: natureza e sociedade. Tal dicotomia fundamenta-se na concepção da existência de um mundo natural no qual se justapõe um mundo simbólico. Em tal asserção, admite-se a existência de uma natureza única que corresponde à realidade a ser observada pelas ciências da natureza, para a qual as diversas sociedades humanas constroem simbolismos, com o intuito de

lidar com esse mundo, os quais seriam abordados pelas ciências sociais. (LATOUR, 2000)

Latour (1994) convoca a problematizar essa assimetria que, para ele, nunca existiu de fato. A prática consegue resolver tal dicotomia sem poder expressá-la. Nela, a separação construída entre mundo material e mundo social se pulveriza. O trabalho de purificação dessas duas instâncias pelos modernos permitiu que a natureza fosse mobilizada por eles na construção de suas sociedades, sem contanto deixar de ser associada ao seu caráter de transcendência. Por outro lado, permitiu que as sociedades modernas fossem edificadas mediante a mobilização da natureza, sem, contudo, abdicar da noção de mundo social construído pelo homem, o único ator de seu destino político. Assim, o autor critica a fantasia moderna na qual poder político e poder natural são considerados instâncias em separado.

A antropologia de Latour (1994) convoca a pensar e alterar a própria definição de mundo moderno. O termo “moderno”, para ele, aponta para dois conjuntos de práticas. O primeiro é definido como “tradução” e permite o entrecruzamento de seres distintos, híbridos de natureza e cultura. E o segundo, a “purificação”, coloca humanos e não humanos em duas zonas ontológicas distintas. O autor denomina o primeiro de redes que conectam, no mesmo plano, técnica, estratégias científicas, industriais, questões de ordem política, ética, entre outras. E o segundo de crítica, no qual o mundo natural, a sociedade com interesses estáveis e o discurso independente existem separadamente. O trabalho de purificação tentou livrar-se dos híbridos, ao mesmo tempo em que permitiu a sua proliferação. Portanto, o mundo moderno, embora híbrido como todos os coletivos, tem essa sua característica negada.

Em face da tripla participação do mundo em sociedade, discurso e mundo natural criada pela “purificação”, Latour (1994) propõe que o mundo seja tratado por “redes” capazes de atravessar essas três segmentações. As redes, não sendo exclusivamente de natureza objetiva, social ou discursiva, constituem-se ao mesmo tempo reais, coletivas e discursivas. O autor questiona a própria noção de cultura como parte de um

arsenal criado a partir do nosso distanciamento da natureza. Não existiriam culturas, nem uma natureza universal, “mas apenas natureza-culturas, as quais constituem a única base possível para comparações”. (LATOURE, 1994, p. 102)

Desse modo, o autor nos leva a concluir que a modernidade não se conforma uma realidade, mas antes uma versão que tenta explicá-la, na qual a busca pela purificação leva à hibridização. As práticas de purificação, a crítica, levariam a supor que a produção científica, *grosso modo*, restringir-se-ia à natureza ou ao conhecimento, às “coisas-em-si”. Porém, estes âmbitos não existem em suspenso, fora da sociedade. Assim, tal produção diz respeito ao envolvimento destas com os sujeitos e os coletivos, e não a um pensamento instrumental.

Segundo Latour (1994), a ciência não se torna universal, não ao menos da forma tradicionalmente assumida. Ela se propaga em rede, ao mesmo tempo em que cientistas e sua infraestrutura de trabalho se desenvolvem. Qualquer ciência está atrelada a essa rede de práticas. A propagação dos achados e procedimentos que se tornarão padronizados na sua produção acontece à medida que seus agentes humanos e inumanos se desenvolvem.

Nessa conjectura, o que propõe Latour não é uma semelhança total e absoluta entre humanos e inumanos, mas uma não imposição apriorística de uma “*assimetria* espúria entre ação humana intencional e mundo material de relações causais”. A sociologia das associações, apresentada por ele, concebe os elementos inumanos não como intermediários que transportam efeitos únicos, nem como receptáculos de simbolismos humanos, mas como atores que promovem modificações de distintas maneiras no curso da ação. Entretanto, isso não implica uma inversão universal na qual os inumanos determinariam a ação, mas a consideração de que eles provocam diferenças nela, sejam a estimulando, interrompendo, ensejando, permitindo, limitando, autorizando, entre outras. Por conseguinte, alude à ampliação das possibilidades de análise do o quê ou quem se torna agente na ação, devendo tal enfoque ser explorado desde o início da investigação. (LATOURE, 2012, p. 114)

Portanto, a ação é produzida mediante conexões de elementos heterogêneos que se entrelaçam em redes constituídas sempre de forma provisória e situacional. O curso dela delinea trajetórias que permitem ao pesquisador seu rastreamento. Tais pressupostos são fundamentais na TAR, desenvolvida por Latour e outros teóricos como Annemarie Mol. Essa abordagem situa-os no âmbito da ontologia empírica que se volta às práticas aos eventos produtores de realidades. (MARRES, 2009)

Nesse sentido, Mol (2002) propõe as ontologias múltiplas, reportando a coexistência de múltiplas realidades produzidas mediante os distintos modos como elas são atuadas nos contextos. Contudo, sua proposição não pressupõe um real fragmentado em vários, mas instaura uma complexidade maior ao anunciar inúmeras realidades que se sobrepõem e interferem umas nas outras. Ademais, cabe ressaltar que o termo “atuação”, utilizado por ela, não se refere a uma perspectiva de dissimulação, mas visa a enfatizar a centralidade das práticas em sua argumentação.

Em seu trabalho intitulado *The Body Multiple*, cujo objetivo é investigar como o corpo múltiplo e as doenças se fazem, Mol constrói uma etnografia privilegiando os aspectos práticos, nominada por ela de filosofia empírica. Ela insere a praxiografia como uma abordagem metodológica que abrange a amplitude dos agentes, instituições, instrumentos, artefatos, ambientes, entre outros, visando investir no que está efetuando realidades nos contextos. (MOL, 2002)

As não essencialidades das realidades e das redes a serem investigadas implicam a mudança do foco de análise. Ao invés de o que está em análise ser abordado por vários pontos de vista, interessa o modo como ele é atuado na prática, em suas praticidades, materialidades e interações. Parafraseando Mol (2002, p. 55), o “objeto” é mais que um e menos que muitos. E é somente na investigação de sua efetuação prática que se torna possível tangenciar essa máxima. Ademais, o conhecimento passa a ser mobilizado nas práticas, operando também modificações nos agenciamentos, e não se constituindo somente como um discurso verdadeiro acerca da realidade.

O ALIMENTO E A COMIDA DE RUA

DaMatta (1986) contribui com constructos teóricos para pensarmos a comida de rua no Brasil. Por meio da análise da sociedade brasileira, o autor constrói argumentos para distinguir as categorias “alimento” e “comida”. Muito embora reconheçamos a complexidade que perpassa essa discussão, a qual não se esgotaria neste ensaio, elegemos o autor para a problematização inicial devido a sua incursão seminal em torno do constructo “comida”, bem como “rua”. A eleição almeja-se crítica tendo em vista seu potencial de confrontação com as ideias de Bruno Latour.

Diz DaMatta (1986, p. 36-37):

Alimento é tudo aquilo que pode ser ingerido para manter uma pessoa viva, comida é tudo que se come com prazer, de acordo com as regras mais sagradas de comunhão e comensalidade. Em outras palavras, o alimento é como uma grande moldura; mas a comida é o quadro, aquilo que foi valorizado e escolhido dentre os alimentos; aquilo que deve ser visto e saboreado com os olhos e depois com a boca, o nariz, a boa companhia e, finalmente, a barriga...

O alimento é algo universal e geral. Algo que diz respeito a todos os seres humanos: amigos ou inimigos, gente de perto ou de longe, da rua ou de casa, do céu ou da terra. Mas a comida é algo que define um domínio e põe as coisas em foco [...]. Por outro lado, comida se refere a algo costumeiro e sadio, alguma coisa que ajuda a estabelecer uma identidade, definindo, por isso mesmo, um grupo, classe ou pessoa. [...] comida não é apenas uma substância alimentar, mas é também um modo, um estilo e um jeito de alimentar-se.

Nessa perspectiva, a comida de rua diferiria do alimento de rua. O alimento de rua estaria associado àquilo que é ingerido para saciar as necessidades físicas, o passível de ser comestível na rua para manter-se vivo. Já a comida de rua estaria relacionada à ação do homem, aos modos de comer, à sociabilidade em torno do comer na rua, comportando assim o constructo “comensalidade”.

O alimento de rua, portanto, pertenceria à ordem da natureza, objeto de investimento da ciência da Nutrição, a qual se estruturou

majoritariamente a partir da racionalização do ato alimentar, privilegiando os aspectos mensuráveis dos alimentos, constituindo-se parte do campo biomédico. (BOSI; PRADO, 2011) Numa analogia à discussão da assimetria moderna criticada por Latour (1994), poderíamos dizer que os alimentos corresponderiam ao domínio das ciências naturais, equacionados a coisas, elementos inertes e mudos que têm como interlocutores e tradutores os cientistas. Representados pela ciência, dissociados da política, caberia ao cientista desvendá-los, descobrindo o que há na natureza.

A comida de rua, por outro lado, estaria associada ao âmbito da sociedade, da cultura, da produção humana. Os simbolismos inscritos na superfície natural dos alimentos, transformando-os socialmente em comida, possibilitando aos homens dominar esse elemento e saciar suas necessidades, colocariam tal objeto de estudo no domínio das ciências sociais. Portanto, constituída nas relações sociais, a comida de rua teria como característica a possibilidade de agregar humanos em volta de si, dar sentido, constituir identidades, construir memórias afetivas, apresentar distinções, ser produzida no interstício das subjetividades humanas.

A comida tem sido objeto de estudo da Antropologia da Alimentação e do campo Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva. (DAMATTA, 1986) Este último é resultante da aproximação de uma parte do campo da Alimentação e Nutrição com o da Saúde Coletiva, o que propiciou mudanças significativas nos investimentos científicos do escopo da área reconhecida apenas como Nutrição anteriormente. (BOSI; PRADO, 2011) As autoras entendem que as tensões paradigmáticas entre biológico e social perpassam a constituição deste campo, apontando assim elementos teóricos e inquietando a encarar comida e alimento, bem como alimentação e nutrição, por meio de abordagens que enfrentem tais dicotomias. Essa é uma discussão a ser empreendida oportunamente em investimentos futuros.

No que tange à discussão sobre comida de rua abordada acima, e mediante a analogia à ideia da assimetria moderna construída por Latour (1994), é possível supor que o homem constrói suas regras sociais de

comensalidade, já que ele é o único autor da produção da sociedade, da condução de seu destino. Assim, as materialidades que possibilitam sua existência e seus modos de comer, as condições naturais que o forçam a estruturar seus processos adaptativos, diferentes em tempo e espaço, figuram como fatores que derivam relações entre natureza (alimento) e sociedade (comida), sem, contudo, avançar para um plano de imanência no qual as duas se coproduzem. O homem é o que possui agência na formação das comensalidades, sendo a comida um elemento inumano instrumental que veicula formas de sociabilidades humanas.

Latour (1994) busca desmitificar um dos pressupostos que legitima a ideia de modernidade constituído por meio do trabalho de purificação que permitiu acreditarmos ser possível decantar natureza e cultura (alimento/comida), afastando a existência dos híbridos de natureza-cultura que proliferam. No domínio alimentar, a dimensão biológica do alimento e a cultura alimentar corresponderiam a essas instâncias pretensamente separadas. No entanto, sobretudo as problemáticas cuja gênese incide no alimento-comida na atualidade, tais como as associadas ao uso de agroquímicos, aditivos alimentares, modificação genética e seus impactos na saúde, são constituídas no bojo das redes que acoplam tecnologia, ciência, ética, indústria, discursos, entre outros. Desse modo, o autor instiga a pensar tais instâncias mediante o híbrido alimento-comida, não uniforme e não pré-fabricado, que vai se hibridizando progressivamente no contato com outros elementos nas redes constituídas.

Sob outra ótica, DaMatta (1986) associa ainda a comida à perspectiva de identidade, algo que é reconhecido pela sociedade e imediatamente remete a um grupo ou implica alguma ideia. Sem espaço para problematizar teoricamente nesse ponto o constructo “identidade alimentar”, essa premissa trazida pelo autor nos parece interessante para pensar como a comida de rua em sua constituição histórica é permeada por estereótipos. No imaginário coletivo, continuamente, ela é associada a contextos de necessidade e privação econômica e alimentar e à ausência de segurança alimentar, sendo vista como comida de pobre e um perigo à saúde. (CALLONI, 2013)

A autora acima aponta elementos históricos que estariam relacionados à construção dessa imagem: a invenção da burguesia que implicou a associação da alimentação diretamente ao poder aquisitivo e a criação de restaurantes que inaugurou a marginalização progressiva da comida de rua como “comida para pobres”. Desde os primórdios da industrialização, com as consequentes mudanças laborais e de tempo e espaço destinados às refeições, ela surge com o *status* de subalterna, consumida por pessoas pertencentes à classe social baixa, sendo confrontada pela possibilidade da burguesia em comer em seus confortáveis espaços privados e seguros.

No século XIX, a produção serializada de alimentos contribui para fortalecer esses estereótipos. Ademais, vai se consolidando, por meio da ciência da Nutrição, a imagem de que o alimento bom, seguro e saudável está confinado aos espaços internos e ambientes fechados (CALLONI, 2013), o que estaria distante das circunstâncias em que se insere a comida de rua. Os códigos dessa ciência ditam as normatizações de vigilância dos órgãos estatais instituindo normas inatingíveis pelas condições de possibilidades que dispõem os vendedores, ditos informais, de comida nas ruas.

Portanto, se a categoria sociológica “comida”, proposta por DaMatta (1986), embute uma possibilidade de identidade, a comida de rua seria, ao menos em sua versão de informalidade, comida de pobre para pobre, suja, insegura, marginal, indesejada, não salubre. Comida que delineia uma distinção social tanto para quem a vende quanto para quem a come. Comida execrável que amontoa pobreza em volta de si nas ruas da cidade. Comida desprezível que ameaça a ordem de um urbanismo pretensamente linear. Comida abjeta, porque desautorizada pelos estatutos da ciência e do Estado.

Evidentemente, tal leitura não pretende universalizar o fenômeno, nem visa a negligenciar a polissemia que comporta o constructo, capturando-o em uma versão simplista. Ademais, a emergência de novos padrões de vida e consumo nas cidades, entre eles o crescimento do mercado formal da gastronomia nas ruas, por meio dos *food trucks*, *food parks*, *food malls*, coloca a necessidade de pensarmos o fenômeno para além

de sua ocorrência cotidiana e dos contextos da nomeada informalidade, salientando que esta não comporta sua associação instantânea com vidas que sofrem privação. Portanto, fundamentalmente, busca uma problematização acerca das representações e imagens sociais existentes em torno do objeto de estudo sobre o qual este ensaio se debruça.

A COMIDA E A RUA

O imaginário social em torno da comida de rua, sobretudo a perspectiva apontada anteriormente, pode ser tomado mediante uma interlocução teórica com os espaços da casa e da rua na sociedade brasileira, conforme explorados por DaMatta (1986). Tais espaços não se constituem meramente como lugares físicos, mas constructos sociais que possuem grande relevância nos mecanismos classificatórios da vida social e que se complementam mutuamente. São dois mundos que embutem moralidades, visões e valores diferenciados e pelos quais nossa sociabilidade navega.

A casa estaria imbricada a ideais de comunhão, daquilo que é comum, um agrupamento de uma só carne e sangue que protege e acolhe. É espaço seguro onde reinam a pessoalidade e as relações de estima mútua, sendo aí possível estabelecer uma convivialidade intensa. Assim, a comida de casa refletiria os simbolismos dessa categoria, sendo relacionada ao que é familiar, seletivo, seguro, artesanal e saudável. (DAMATTA, 1986; DIEZ-GARCIA, 1997) Ademais, podemos inferir, a partir do seminal senso de comunidade constituído pela categoria “casa”, que esta seria o espaço de excelência da comensalidade.

A rua relacionar-se-ia ao âmbito da desagregação, massa informe de pessoas indiferenciadas que ocupam as cidades, espaço onde as leis gerais e a autoridade incidem, homogeneizando os sujeitos, destituindo-os de suas singularidades. Há uma crueza no cotidiano da rua que advém da contrariedade das vontades, da impessoalidade que impõe, do perigo da exposição, do diferente que causa desconfiança, do movimento rápido, da mediação pelo trabalho. Por isso, sua associação à luta e à batalha,

como se à rua coubesse as dimensões da vida mais contraditórias, duras e surpreendentes. (DAMATTA, 1986)

Em diálogo com essa exploração teórica, a comida de rua estaria associada à impessoalidade, ao perigo e risco alimentar, àquilo que não se sabe, ao malfazejo, sujo e, portanto, ameaçador. (DAMATTA, 1986; DIEZ-GARCIA, 1997) Poder-se-ia pensar que estar na rua contrariaria as aspirações de acesso à comida de casa, a qual denota pertencimento, afeição e estima. Além disso, essa perspectiva levaria a supor que o espaço da rua implicaria uma destituição da ritualização do comer e na desagregação da convivialidade mediada pela comida.

Entretanto, a rua brasileira enquanto uma questão teórica na envergadura das ciências sociais, explorada mediante as publicações acadêmicas por Frehse (2013), encerra distintas possibilidades de compreensão. Sua exploração revela que a interpretação da rua pelos autores tupiniquins se dá pelo confronto com o campo empírico e associa-se a quatro espaços marcados quanto ao uso social da rua pelos pedestres, a saber: desigualdade social; criatividade; oscilação casa e rua; e resistência. A autora ainda insere a perspectiva emergida de sua etnografia sobre a rua e os não transeuntes em São Paulo, a qual desponta como espaço público de pessoalidade moral. Por considerarmos que a abordagem anterior de DaMatta (1986) contemplou a categoria “oscilação entre casa e rua”, iremos nos deter brevemente nas outras perspectivas teóricas.

A rua enquanto desigualdade social está associada a situações de exclusão ou marginalidade, a depender da ênfase teórica do autor, e representa o maior agrupado de trabalhos acadêmicos. Em segundo plano, a rua enquanto espaço de criatividade embute o protagonismo de figuras como mendigos, malandros, camelôs, moradores de rua, entre outros. Em quarto lugar, surge a rua como espaço social de resistência revelando formas de sociabilidades conflituosas. Essa ótica comporta as relações tensas estabelecidas com o poderio do Estado, ditado mediante estratégias de institucionalização e de gentrificação, bem como confrontos com “‘movimentações urbanas’ supostamente excludentes”. (FREHSE, 2013, p. 5)

Por meio de seu estudo autoetnográfico, realizado na Praça da Sé, em São Paulo, Frehse (2013) destitui a rua como um lugar de impessoalidade, concepção supostamente inferida frente à intensa movimentação humana na metrópole. Nele, a rua revela-se um espaço de personalidade moral, no qual critérios valorativos de bem e mal medeiam as interações sociais “focadamente desfocadas”. Tais critérios fazem distinções entre pessoas nas ruas, sobretudo os intitulados não traseuntes, ou seja, aqueles que permanecem regularmente nas ruas, tais como os vendedores ambulantes de comida de rua. Algumas principais balizas surgem como mediadores classificatórios.

A autora pondera que as concepções acerca da rua nas ciências sociais exploradas anteriormente não deixam entrever como a personalidade moral constituída nas ruas interfere nos achados dos autores e na sua categorização. Ela atribui isso ao fato de que a problemática metodológica do papel das interações do pesquisador com os sujeitos no campo empírico e sua interface com a construção conceitual dos achados não são explicitadas durante a interpretação realizada.

Portanto, a rua comporta distintos arcabouços de apreensão quanto a seus usos sociais que interfaceiam com a exploração empírica e teórica acerca da comida de rua. Tal fenômeno pode ser investido pelas diferentes perspectivas acadêmicas colocadas acima. Porém, sua compreensão não prescinde de abeirar-se das práticas laborais e de comer que constroem a comida de rua diariamente nas cidades. No que tange àquelas, as abordagens da personalidade moral e resistência, além da oscilação casa e rua já discutida, fornecem elementos para refletir sobre o cotidiano conflituoso desenhado pela comida de rua informal, ilegal.

A interferência da personalidade moral abordada por Frehse (2013), no que tange à sociabilidade nas ruas, torna-se interessante para pensar como vão se conformando e afirmando técnicas de permanência nas ruas pelos vendedores ambulantes confinados ao rótulo de ilegais. Ilegais duplamente: por não ter licença de trabalho na rua e por não atingir o padrão de condições higiênico-sanitárias exigidas para afastar o risco alimentar e receber a outorga da Vigilância Sanitária.

Anjaria (2016) contribui nesse sentido quando, estudando a venda ambulante de comida de rua em Mumbai, ao descortinar as relações cotidianas por meio de sua etnografia, consegue fazer emergir formas de governança urbana que não se limitam a uma racionalidade estatal de criminalidade, apoiada em uma relação de oposição entre funcionários do Estado *versus* ambulantes. Ao contrário, a condição de ilegalidade desses ambulantes permite a invenção de espaços de negociação nos quais outras formas de governança urbana legitimam a existência e manutenção dos vendedores no espaço público e são, muitas vezes, baseadas em relações de cooperação, familiaridade, negociação e vinculação entre tais atores.

O autor revela que a categoria “ilegalidade” ganha uma roupagem que não dicotomiza a experiência dos ambulantes em ilegal ou legal. Assim, desvenda gradações, estratificação de legalidade e ilegalidade desenhadas por meio dos acordos que vão se estabelecendo e se legitimando na interação entre funcionários municipais, empresários locais e ambulantes.

A dimensão da pessoalidade moral embute ainda a possibilidade de pensarmos a comensalidade no espaço da rua para além da perspectiva da desagregação da convivialidade. Além disso, a rua, na perspectiva de Latour (1994), associa-se a uma trama mais ampla de elementos humanos e inumanos em interação.

A CIDADE E O CORPO

A comida de rua, enquanto objeto de estudo aqui interpelado, nos provoca a refletir sobre a cidade, os usos de seus espaços públicos e seus modos de experimentação cotidiana pelos cidadãos. Assim, importa pensar as mútuas imbricações entre cidade e corpos que a percorrem e a constroem.

A cidade, operada sob a ótica do capital financeiro e aparato midiático, é apresentada como uma imagem mercadoria que visa a mediar as relações de uso e sociabilidade do espaço a fim de favorecer fluxos da economia planetária. Desse modo, busca-se construir uma urbe “espetáculo” que traça distinções nas possibilidades de sua experimentação

e consumo, por meio de recursos imagéticos e discursos materializados em projetos de requalificação e revitalização, particularmente dos centros históricos, nos quais a disciplina urbanística tem papel fundamental. Nesse contexto, a arquitetura possibilita a constituição de cenografias urbanas que tendem a minorar a magnitude das sociabilidades no espaço público, ou ainda transformar as anteriormente existentes, em favor de sua apropriação mercantil e especulativa. (LIMA, 2004; TEOBALDO, 2010)

As estratégias utilizadas constroem representações sobre a cidade que buscam anuviar os conflitos e dissensões presentes, desconsiderando, ou incluindo de forma excludente, as óticas divergentes daquela pretendida, buscando promover a pacificação dos espaços citadinos, sobretudo os públicos. Os antigos usos do espaço revitalizado vão sendo deslegitimados, provocando modificações na ocupação e no perfil de seus usuários, bem como na distribuição espacial de poder. (LIMA, 2004; TEOBALDO, 2010) De tal modo, o discurso da desordem urbana é usado a serviço de um tipo de desenvolvimento que procura invisibilizar as necessidades e contestação do uso do espaço público pelos menos abastados, a exemplo dos vendedores informais de comida de rua.

A cidade espetáculo, projetada e pré-instituída, convoca à contemplação e a uma experimentação teatralizada da urbe, nas quais os corpos, mesmo não destituídos de sua capacidade de afetação, são provocados a limitar-se a vivenciá-la por intermédio de experiências pré-fabricadas associadas à constituição de desejos homogeneizados e hegemônicos. (JACQUES, 2012; TEOBALDO, 2010)

Contudo, a espetacularização das cidades e os métodos dominantes de planificação urbana não se dão de forma totalizante. A totalização e a colonização dos espaços são muito mais uma aspiração do que uma realidade de fato. Assim também o é a pretensa esterilização das diferentes experiências na urbe. É nesse sentido que importa apreender a cidade mediante abordagens que produzam resistência a esses modelos e representações.

Paola Berenstein Jacques, em seu livro intitulado *Elogio aos errantes* (2012), traz pressupostos teórico-metodológicos interessantes para

a compreensão da cidade por meio dessa resistência. A partir de uma exploração teórica na história do urbanismo e diálogo com diversos autores, ela propõe que as cidades sejam apreendidas mediante os modos como elas são experimentadas e produzidas pelos corpos. Assim, sugere o estudo da cidade incorporada.

Problematizando a questão da experiência na cidade e seu relativo processo de desintensificação e homogeneização intencionado pelos modelos hegemônicos, ela alega a sua sobrevivência. De tal modo, instiga a sermos errantes, tanto na experimentação da cidade quanto na sua investigação, compondo, com isso, formas de resistência. Nesse sentido, o errante seria “aquele que busca um estado de corpo errante, que experimenta a cidade através das errâncias, que se preocupa mais com as práticas, ações e percursos, do que com as representações, planificações ou projeções”. (JACQUES, 2012, p. 24)

Ganha relevância em sua obra o que ela chama de o Outro urbano, o diferente que provoca fissuras, que desdenha os arquétipos da cidade espetáculo. Ao invés de regiões pomposas, eles habitam áreas anódinas compondo uma cidade dinâmica que pulsa ante as brechas da cidade-imagem. Na sua invisibilidade, reinventam o cotidiano, construindo estratégias de sobrevivência e de investidura do espaço público, dissonando dos pretensos consensos inculcidos pelos projetos urbanísticos. O Outro urbano é notadamente associado àqueles que convivem nas ruas, como moradores de rua e ambulantes, e para os quais a assepsia especulativa da revitalização lança seus primeiros tentáculos. Destarte, os errantes urbanos subsistem e erram mediante sua obscuridade.

Errar, portanto, pressupõe um movimento que vai de encontro à alteridade, comportando os vários outros e diferentes que perfazem a cidade, como um território dinâmico de experiências. Ademais, importa também a construção de narrativas errantes que comuniquem tais experiências. (JACQUES, 2012)

Para os errantes, a cidade não é puramente imagem ou o cenário em que a vida acontece, mas é cidade vivida e inscrita no corpo por meio da experiência. É incorporada que ela resiste à sua modelagem pelos

projetos universalizantes, uma vez que a mera existência de tais corporalidades vilipendia e delata as tentativas de captura e domesticação. Em seu percurso, os corpos experimentam a cidade ao mesmo tempo em que a constroem. Há, assim, uma dinâmica ininterrupta de coprodução entre corpos e cidade. (JACQUES, 2012)

Nessa perspectiva, a autora insere o constructo “corpografia urbana” como a expressão, mediante corporalidades, resultante das distintas interações que o corpo experimenta na urbe. A cidade agencia compostos de circunstâncias lidas como interativas pelo corpo, o qual as processa na medida em que constrói suas inter-relações com outros corpos, objetos, ideias, entre outros, constituindo suas corpografias. Em vista disso, as práticas de errância possibilitariam o processamento de experiências corporais mais complexas e, conseqüentemente, corpografias urbanas mais complexas. Assim, o estudo dessas corpografias poderia servir a outras formas de apreensão do espaço urbano, que, por sua vez, forneceria subsídios para a elaboração de outras formas de intervenção nas cidades. (JACQUES, 2008)

Segundo Jacques (2012, p. 301),

As corpografias permitem compreender não só as configurações de corporalidade como memórias corporais resultantes da experiência de espacialidade, mas também as configurações urbanas como memórias espacializadas dos corpos que as experimentaram.

Em vista disso, podem constituir um interessante contraponto de apreensão da cidade face à sua espetacularização.

A não conformidade da presença dos vendedores ambulantes de comida na rua aos planos de desenvolvimento urbanístico no capitalismo avançado e à ótica das políticas oficiais delinea relações sociais conflituosas entre estes e o poder público, que tensiona constantemente uma possibilidade virtual de varredura da venda da comida nas ruas que não se efetua de fato e de vez. E, por mais que a repressão estatal materialize-se em alguns contextos, por meio da ação da polícia ou do “Rapa”, a ocupação do espaço público pelos ilegais se refaz, o que remete ao domínio

das práticas de errância pela cidade, constituindo corpografias capazes de fornecer subsídios para uma leitura da cidade por meio de suas apropriações resistentes e desviantes daquelas pretendidas pelos projetos urbanísticos hegemônicos.

Por meio dessa discussão, pode-se inferir que a perspectiva de coprodução entre corpo e cidade faz interface com os pressupostos teóricos de Latour (1994, 2000). Ademais, a concepção de corpo debatida pelo autor, vinculada a ideias de movimento e aprendizagem não estável, pode contribuir para pensar as imbricações entre essas categorias. (LATOURE, 2007)

Corpo, para Latour (2007, p. 39), envolve o aprendizado incessante de ser mobilizado, afetado, efetuado por outros elementos humanos e inumanos. Daí, a incongruência de defini-lo diretamente, já que se trata de um processo de sensibilizá-lo para o que são os outros elementos. Corpo como “[...] aquilo que deixa uma trajetória dinâmica através da qual aprendemos a registrar e a ser sensíveis àquilo de que é feito o mundo”. O processo contínuo de afetação por múltiplos elementos possibilita uma ampliação da possibilidade de descrição do que é o corpo, essa superfície que tece um itinerário dinâmico por meio do qual nos tornamos mais sensíveis ao mundo.

Latour (2007) convoca a pensarmos em corpo para além das partes inerentes ao corpo humano, incorporando as partes coextensivas ao corpo, “contrapartidas do mundo” que têm a capacidade de convocar à afetação e inscreverem-se de novas formas, provocando progressivas habilidades de distinções: “Adquirir um corpo é um empreendimento progressivo que produz simultaneamente um meio sensorial e um mundo sensível”. As “contrapartidas do mundo” compõem o que é ter um corpo, sensibilizando-o a diferenças que, antes não registradas, agora permitem distinções mais sutis. (LATOURE, 2007, p. 40)

A cidade como algo simultaneamente experimentado e construído pelo corpo, bem como o corpo que se forma a partir da interação com as diferenças, remete à ideia das agências humanas e inumanas componentes das redes de inter-relações que efetuem realidades situadas. Em vista disso é que interessam os corpos e outros elementos que delineiam os contextos nos

quais as práticas laborais e de comer na rua se produzem. Nesse contexto, a comida de rua se coloca como elemento inumano que agencia a formação de corpos, seja de seus vendedores e comedores ou outros. Por sua vez, a rua e a cidade comportam a expressão mais rica e evidente das diferenças potencialmente produtoras das redes de inter-relação.

Ademais, as práticas dos ambulantes de comida de rua como errantes, bem com suas narrativas errantes, aludem à potência que as forças “menores” e heterogêneas têm de possibilitar a apreensão da apropriação do espaço público mediante o que está efetuando realidades naquele contexto. Desse modo, pode possibilitar sua compreensão para além dos enunciados hegemônicos da cidade espetáculo que intenciona construir os elementos abjetos, nesse caso comida de rua e/ou seus vendedores, visando a materializar a ocupação desigual de poder no espaço urbano.

As práticas errantes dos vendedores ambulantes de comida de rua possuem, assim, elementos políticos subversivos ao delinear estratégias de resistência às tentativas de totalização da experiência urbana e de apropriação do espaço público, embutindo potenciais meios de enfrentamento das forças déspotas no uso da cidade. Desde uma apropriação marginal e opaca do espaço público e de seu caráter de subalternidade frente ao modelo de cidade espetáculo, as corporalidades desses ambulantes persistem na construção cotidiana da cidade, enquanto a cidade entranha-se em seus corpos as produzindo.

COMENSALIDADES ATUADAS NA RUA

A comensalidade, *grosso modo*, está associada à conviviabilidade de humanos em torno da comida. Fischler (2011) problematiza tal acepção considerando-a restrita. Assim, aponta para a incorporação da marcação de distinções que delimitam incluídos e excluídos, dos domínios da partilha, cooperação e pertencimento, da existência das gradações de dependência e hierarquia entre comensais humanos. Atenta ainda para a significância da normalização do comer no processo de transmissão cultural, de habilidades sociais. Nestes termos, a comensalidade forneceria,

nas palavras do autor, um *script* para muitos ou para a maioria dos acontecimentos alimentares humanos. Tal *script* poderia ser pensado como produto de um saber coletivo e compartilhado, que o homem vai tecendo, sendo tecido e aprendendo a comer.

A comensalidade, então, estaria associada às ações humanas delineadas em volta da necessidade biológica da alimentação. Numa discussão sobre essa questão, Simmel (2004) defende que a própria necessidade fisiológica de comer, partilhada entre todos os homens, produziu espaço para o sobrepajamento do egoísmo materialista do ato alimentar ao demandar encontros derivados dela. Assim, somente as normatizações constituídas por essa socialização seriam capazes de superar a finalidade material desse ato. Tal abordagem comporta uma espécie de oposição estabelecida entre dimensão natural e social do comer, associando-o a uma transformação linear de uma para a outra, atingida pela forma social da refeição.

Essa breve incursão, mediante autores seminais que versam sobre o comer no âmbito das relações sociais humanas, contribui para problematizar o modo como a comensalidade é tratada em boa parte da produção acadêmica. Ela tem sido pensada hegemonicamente a partir da ótica da função social da comida, privilegiando tradicionalmente a dimensão simbólica da alimentação tecida pela humanidade. Assim, a própria tentativa de marcação das características desse constructo comporta a aceção da partição do mundo em natural e material, produzida no bojo das ciências e tão criticada por Latour (1994).

Além disso, não é tão incomum a presença de um subjacente apelo saudosista ao resgate da comensalidade tradicional característica do âmbito doméstico e familiar. Tal apelo está associado à crescente individualização do comer que derivaria um esgarçamento das refeições, repercutindo no âmbito da saúde humana. Essa abordagem saudosista tem inquietado os cientistas sociais a questionarem os fundamentos ideológicos e morais que a alimentam. (FISCHLER, 2011) Adicionalmente, as realidades efetuadas pelos distintos elementos heterogêneos em interação nas cidades, produzindo diversificados e novos modos de comer, põem em questão o soerguimento de modelos ideais.

Deriva-se da discussão acima a inferência de que a comensalidade voltar-se-ia ao mundo simbólico erigido em torno da alimentação, constituído exclusivamente pelos humanos e a ser abordado pelas ciências sociais. A centralidade da ação humana nessa concepção seria uma repercussão do trabalho de “purificação” associado à ideia de modernidade, já discutida no primeiro tópico. (LATOUR, 1994) Assim, as materialidades vinculadas à sua produção seriam concebidas como variáveis-palco das relações entre homem e natureza, uma dimensão da realidade a ser explorada pelas ciências naturais.

As proposições de Latour (1994) desafiam o monopólio da ação intencional humana na produção de comensalidades, uma vez que nos levam a pensar a comida como um agente inumano. Assim, ela não é concebida como mera mercadoria, um produto de consumo, um objeto da natureza dominado e explorado pelo homem, um conjunto de nutrientes passíveis de assimilação pelo corpo ou um veículo de uma série de simbolismos e representações. Mas, como agente inumano, promove alterações no curso das práticas, com o potencial de influenciar, interromper, possibilitar, estimular, autorizar, entre outros, as ações produzidas. Desse modo, tem agência na produção de realidades operadas pelas interações ocorridas entre diferentes atores nas trajetórias de ação.

A compreensão de que diversos elementos, humanos e inumanos, agenciam as práticas que produzem realidades tangencia a problematização de comensalidade. Ao invés de esta ser constituída mediante processos de socialização oriundos da dimensão social erigida apenas pelos humanos, as comensalidades podem ser pensadas mediante práticas de comer produzidas por meio de inter-relações entre elementos heterogêneos em contextos situados. Aqui, corpos, comida, rua e cidade estão lançados a possibilidades de conexões operadas nas redes.

Desse modo, poder-se-ia questionar que a própria palavra “comensalidade” não caberia na delineação teórica adotada neste ensaio, ao estar associada, *grosso modo*, a uma espécie de amálgama que uniria os humanos ao comer – aqui posto como verbo –, seja o espaço, a comida, os modos à mesa, as normas, entre outros, moldando suas experiências

com a alimentação. Porém, tal expressão comporta uma possibilidade de compreensão da dinâmica de interação entre “entes”, ou melhor dizendo, outros diferentes, ao embutir a ideia de encontro, daquilo que é posto em conexão, que se atualiza na ação. Dentre esses outros, essa interação não prescindiria do híbrido alimento-comida.

Nesse sentido, as comensalidades não se encerram em um substantivo abstrato, mas são em ação. São produzidas na e pelas práticas; não se dão de modo anterior a elas. Não são modelo a ser perseguido ou representação da realidade, mas distintas comensalidades produzidas mediante os diversos modos como elas são efetuadas nos contextos. Deriva daí a compreensão das comensalidades atuadas.

Na dinâmica da produção de comensalidades atuadas, interessa pensar os diferentes elementos humanos e inumanos em interação. Pessoas, cenoura, calorias, nutrientes, mídia, animais, conhecimento científico, discursos, tecnologias digitais, fisiologia, agroquímicos, consumismo, questões éticas, entre outros elementos – mas não necessariamente todos ou apenas esses – que estejam efetuando comensalidades nos contextos.

O descentramento do monopólio humano no curso das ações provoca, nas realidades produzidas pelas práticas nas quais pessoas e comida são agentes em interação, outras possibilidades de compreensão da interseção que superem a oposição: homem como sujeito e alimento-comida como objeto; associada a uma perspectiva racionalista e nutricional da alimentação. A provocação de Latour (1994) em torno da quebra ou minimização das hierarquias entre agências humanas e inumanas põe homem e alimento-comida num diálogo mais aplainado, que permitiria desvelar com maior nitidez os híbridos de natureza-cultura que proliferam nesse âmbito. Ademais, os interagenciamentos desses elementos estendem as comensalidades para uma dinâmica de interação que embute uma abertura contínua de corpos e alimento-comida à afetação pelas diferenças apresentadas.

Assim, a rua entra como elemento e como produto de uma conjugação de elementos que se colocam em interação na produção das comensalidades atuadas. Ela comporta uma miríade complexa de outros

diferentes, humanos e inumanos, que expressam com mais evidência a heterogeneidade das redes de inter-relações que efetuam os distintos modos de produção das comensalidades em contextos situados. Isto posto, tal visão distancia-se da concepção da rua como espaço privilegiado de desintegração da comensalidade, de destituição da ritualização do comer. Por outro lado, sua exploração pode iluminar a busca de abordagens que tangenciem complexidades introduzidas pelas distintas práticas do comer na cidade.

Desse modo é que pensar as comensalidades atuadas na rua sintetiza uma tentativa inicial de efetuar práticas científicas que não dicotomizem instâncias mutuamente imbricadas na produção do objeto de análise “comida de rua”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente ensaio buscamos problematizar o objeto “comida de rua” por meio de uma incursão em categorias teóricas que se associam ao seu delineamento, tais como comida, casa, rua, corpo e cidade. Ademais, convocamos autores da TAR para inserir pressupostos teórico-metodológicos que pudessem contribuir no sobrepujamento da abordagem de tais categorias como instâncias decantadas na produção do conhecimento. Esse entrecruzamento permitiu vislumbrarmos as comensalidades atuadas na rua como uma possibilidade da interpelação da comida de rua com potencial para enfrentar tal desafio.

No percurso, pudemos concluir que a rua, a proposição da cidade espetáculo e acepção, aventada por nós, de “alimento de rua” trazem desafios para a noção tradicional de comensalidade, erigida a partir somente da ação humana no mundo. Por outro lado, Bruno Latour, com sua ideia de agências humanas e inumanas e as redes de inter-relações, provoca a pensar a comensalidade para além do singular e do âmbito humano. Ademais, incita a explorar alimento-comida como agente inumano capaz de engendrar alterações no curso da ação que, em sua proposta, é movimentada por elementos heterogêneos.

A comida de rua e as comensalidades atuadas na rua são fenômenos que se associam à discussão conceitual sobre cidade que, neste escrito, afilia-se à ideia de cidade produzida a partir da experiência cotidiana (JACQUES, 2012), mobilizada pelas materialidades e humanidades que se interagem operando realidades. Tal acepção, aqui colocada, busca enfatizar uma cidade efetuada por meio das práticas de vendedores ambulantes de comida de rua considerados informais, bem como de comedores dessa comida. Intentamos ressaltar, em parte do texto, sobretudo as questões envolvidas no uso do espaço público pelos trabalhadores, desafiando o uso despota desse espaço legitimado pelo projeto da cidade espetáculo pacificada.

Na contramão do silenciamento das diferenças pretendido pelo projeto espetacular de cidade, a exploração teórica inicial, possibilitada por este ensaio, mostrou que a “comida de rua” enquanto objeto de estudo comporta um conjunto de distintas problemáticas que pululam na cidade. Desse modo, um desafio é produzir ângulos de análise que incorporem as diferenças, as alteridades que promovem resistências, como tentativa de escapar da captura da comida de rua como uma categoria aprioristicamente dada.

REFERÊNCIAS

ANJARIA, J. S. *The Slow Boil: street food, rights and public space in Mumbai*. Stanford, CA: Stanford University Press, 2016.

BARKER, S. F.; AMOAH, P.; DRECHSEL, P. A probabilistic model of gastroenteritis risks associated with consumption of street food salads in Kumasi, Ghana: evaluation of methods to estimate pathogen dose from water, produce or food quality. *The Science of the Total Environment*, Amsterdã, v. 487, p. 130-42, 2014.

BEZERRA, A. C. D.; MANCUSO, A. M. C.; HEITZ, S. J. J. Alimento de rua na agenda nacional de segurança alimentar e nutricional: um ensaio para a qualificação sanitária no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 5, p. 1489-1494, 2014.

BOSI, M.L.M.; PRADO, S.D. Alimentação e nutrição em saúde coletiva: constituição, contornos e estatuto científico. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 7-17, jan. 2011.

CALLONI, M. Street food on the move: a socio-philosophical approach. *Journal of Science of Food and Agriculture*, Hoboken, v. 93, n. 14, Nov. 2013.

DAMATTA, R. *O faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DIEZ-GARCIA, R. W. Práticas e comportamento alimentar no meio urbano: um estudo no centro da cidade de São Paulo. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 455-467, 1997.

FISCHLER, C. Commensality, society and culture. *Social Science Information*, Thousand Oaks, v. 50, n. 3-4, p. 528-548, 2011.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS – FAO. *Street foods (FAO food and nutrition paper): alimentation de rue (Étude FAO alimentation et nutrition): Alimentos que se venden en la vía pública (Estudio FAO alimentación y nutrición)*. Roma: FAO, 1997. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/W4128T/W4128T00.HTM>. Acesso em: 12 nov. 2015.

FREHSE, F. A rua no Brasil em questão (etnográfica). *Anuário Antropológico*, Brasília, DF, p. 99-129, 2013.

JACQUES, P. B. Corpografias urbanas. *Arquitextos*, São Paulo, ano 8, n. 093.0, fev. 2008

JACQUES, P. B. *Elogio aos errantes*. Salvador: Edufba, 2012.

JOO, N.; LEE, B.; YOON, J. Importance-satisfaction analysis of street food sanitation and choice factor in Korea and Taiwan. *Nutrition Research and Practice*, v. 9, n. 3, p. 296-303, 2015.

LATOUR, B. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

LATOUR, B. Como falar do corpo? A dimensão normativa dos estudos sobre a ciência. In: NUNES, J. A.; ROQUE, R. (org.). *Objetos impuros: experiências em estudos sociais da ciência*. Porto: Afrontamento, 2007. p. 40-61.

LATOUR, B. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

- LATOURE, B. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*. Salvador: Edufba; Bauru, SP: Edusc, 2012.
- LEROI-GOURHAN, A. *O gesto e a palavra: 2 - a memória e os ritmos*. Lisboa: Edições 70, 1975. (Coleção Perspectiva do Homem, v. 16).
- LIMA, E. F. W. Configurações urbanas cenográficas e o fenômeno da “gentrificação”. *Arquitextos*, São Paulo, ano 4, n. 046.03, mar. 2004.
- LIMA, V. C. As dietas africanas. In: FERNANDES, C. (org.). *Viagem gastronômica através do Brasil*. 8. ed. São Paulo: SENAC: Estúdio Sonia Robato, 2007.
- MARRES, N. Testing powers of engagement: green living experiments, the ontological turn and the undoability of involvement. *European Journal of Social Theory*, Thousand Oaks, v. 12, n. 1, p. 117-133, 2009.
- MOL, A. *The body multiple: ontology in medical practice*. Durham: Duke University Press, 2002.
- OKOJIE P. W; ISAH, E. C. Sanitary conditions of food vending sites and food handling practices of street food vendors in Benin City, Nigeria: implication for food hygiene and safety. *Journal of Environment and Public Health*, Londres, p. 1-6, 2014.
- SIMMEL, G. Sociologia da refeição. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 33, p. 159-166, jan./jun. 2004.
- SOUZA, G. *et al.* Comida de rua: avaliação das condições higiênico-sanitárias de manipuladores de alimentos. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 8, p. 2329-2338, 2015.
- TEOBALDO, I. N. C. A cidade espetáculo: efeito da globalização. *Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP*, Porto, v. XX, p. 137-148, 2010.
- VIDAL JÚNIOR, P. O.; CARDOSO, R. C. V.; ASSUNCAO, L. S. O comércio e a segurança de ovos de codorna em praias de Salvador (BA): um estudo na perspectiva do trabalho infantil. *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 26, n. 4, p. 419-429, jul./ago. 2013.